



S. R.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Na sequência de vários pedidos de informação por diversos órgãos de comunicação social, relativamente a um processo de inquérito a eventuais práticas de crime contra a autodeterminação sexual de menores confiados à Casa Pia, e que correu termos em Cascais, de acordo com os elementos de que se dispõe, importa esclarecer o seguinte:

- 1- Em 1982, o Provedor da Casa Pia deu conhecimento à então Senhora Secretária de Estado da Família de expediente integrando dois relatórios relativos a uma possível ocorrência envolvendo alunos da secção de Nuno Álvares da Casa Pia.
- 2- Por isso é que a 12 de Agosto de 1982 deu entrada na Polícia Judiciária de Lisboa queixa distribuída à 4ª Brigada desta polícia.
- 3- A 19 de Julho de 1983 foi elaborado um relatório intercalar em que se conclui que a matéria penal que pudesse estar em causa deveria ser da competência da Comarca de Cascais.
- 4- A investigação decorreu ao longo de quatro anos em processo pendente no Tribunal da Comarca de Cascais.
- 5- A 11 de Fevereiro de 1987 foi proferido despacho de arquivamento ficando os autos a aguardar a produção de melhor prova.
- 6- A 6 de Abril de 1993 - mais de seis anos depois - os autos foram inutilizados, juntamente com outros processos também já arquivados, em cumprimento do disposto na Portaria nº660/84, de 31 de Agosto, a que sucedeu a Portaria nº330/91, de 11 de Abril, posteriormente alterada pela Portaria nº 1003/99, que prevê a destruição de processos.
- 7- Em 2001 e 2002 foram apresentadas queixas por progenitores de alunos que deram origem a investigações que correm termos e na sequência das quais o Ministério Público emitiu mandados de detenção a 7 de Novembro último.

Lisboa, 26 de Novembro de 2002

A Assessora de Imprensa

Sara Pina